

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, de 2024

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

Apresentação: 09/07/2024 17:58:29.773 - PLEN  
EMP 265 => PLP 68/2024  
EMP n.265

### EMENDA DE PLENÁRIO Nº

Acrescente-se, onde couber, o artigo a seguir ao Projeto de Lei Complementar 68, de 2024:

Art. XX. A Lei Complementar nº 192, de 11 março de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

IV – etanol hidratado combustível.”

### JUSTIFICAÇÃO

A Reforma Tributária tem como um de seus objetivos a simplificação do sistema jurídico-tributário brasileiro. Atualmente, em virtude da Lei Complementar nº 192/2022, já ocorre a monofasia, do ICMS, para a gasolina e etanol anidro combustível, diesel e biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural. Apesar de todos estes combustíveis apresentarem essa configuração tributária, a situação não segue o mesmo regime para o etanol hidratado.

Ressalta-se que a inclusão do etanol hidratado combustível na sistemática monofásica do ICMS, além de aproximá-lo ao modelo adotado para os demais combustíveis, também possibilita: maior eficiência tributária, dado que somente uma parte arrecada efetivamente; otimização da fiscalização, reduzindo a margem para ilícitos tributários e concorrenciais; e garantia de maior previsibilidade arrecadatória aos



Estados, que posteriormente poderão empregar os recursos arrecadados na consecução de políticas públicas.

No entanto, manter o regime de substituição tributária atualmente vigente do etanol hidratado implica em recursos estatais aplicados na análise de incontáveis pedidos de restituição e exigências de complemento, a depender das alíquotas aplicadas por cada ente federativo, bem como da natureza da operação. A situação vai de encontro ao Princípio da Eficiência, constitucionalmente preconizado.

Além de representar um alto custo de conformidade para a devida observância das regras de substituição tributária, essa dinâmica também está em descompasso com as próprias regras preconizadas pela Reforma Tributária, nos termos do Art. 156-A, §6º, I da Constituição Federal - que criam um regime específico de tributação para combustíveis baseado na monofasia.

Por essas razões ora expostas, peço apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda.

**DEPUTADO LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA**

**PL/SP**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Infoleg - Autenticador

## **Emenda de Plenário a Projeto com Urgência** **(Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança)**

Institui o Imposto sobre Bens e  
Serviços IBS, a Contribuição Social sobre  
Bens e Serviços - CBS e o Imposto  
Seletivo - IS e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD244008075400, nesta ordem:

- 1 Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bra (PL/SP) - LÍDER
- 2 Dep. Kim Kataguirí (UNIÃO/SP) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB  
CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD

Apresentação: 09/07/2024 17:58:29.773 - PLEN  
EMP 265 => PLP 68/2024

**EMP n.265**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD244008075400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança e outros